Sumário

Número de notícias: 24 | Número de veículos: 16

VALOR ECONÔMICO - SP - LEGISLAÇÃO E TRIBUTOS
RECEITA FEDERAL DO BRASIL
Carf autoriza empresa a usar créditos sem retificação de declarações fiscais 3

CORREIO BRAZILIENSE - DF - POLÍTICA
SEGURIDADE SOCIAL
TCU aponta áreas com risco de gestão 4

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS
SEGURIDADE SOCIAL
Mercado espera sinal sobre novas regras fiscais e teto de gastos 5

PORTAL UOL - ECONOMIA
SEGURIDADE SOCIAL
Economistas do grupo de transição ficam fora de debate sobre PEC 6

FOLHA DE S. PAULO - SP - POLÍTICA
SEGURIDADE SOCIAL
Advogado de Lula, Janones e demitido por Bolsonaro entram na transição 8

CORREIO BRAZILIENSE - DF - BRASIL
SERVIDOR PÚBLICO
Financiadores são apontados 12

VALOR ONLINE - POLÍTICA
REFORMA TRIBUTÁRIA
Lula não vai cometer os mesmos erros do passado, diz Abilio 13

FOLHA DE S. PAULO - SP - MERCADO
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS
Equipe de Lula apresenta PEC que exclui Bolsa Família do teto sem prazo 14

FOLHA DE S. PAULO - SP - MERCADO
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS
País deixa de arrecadar R$ 120 bi para subsidiar combustíveis fósseis 17

FOLHA DE S. PAULO - SP - MERCADO
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS
Quando testar a autonomia do BC é flertar com a dominância fiscal - SOLANGE SROUR 19

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS
Salto propõe a Alckmin licença de gastos com regra atrelada à dívida 21

O GLOBO - RJ - ECONOMIA
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS
Em 2022, brasileiro já pagou R$ 2,5 trilhões em impostos 23

VALOR ECONÔMICO - SP - EMPRESAS
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS
Mesmo sob pressão de custos, Votorantim lucra R$ 1,2 bi 24

ESTADO DE MINAS - BELO HORIZONTE - MG - ECONOMIA/INTERNACIONAL
ECONOMIA
Zelensky contradiz EUA, Otan e Polônia 25

FOLHA DE S. PAULO - SP - MUNDO
ECONOMIA

Brasil perde oportunidade e desperdiça bônus demográfico 26

FOLHA DE S. PAULO - SP - MERCADO
ECONOMIA
Uma proposta de âncora fiscal dupla, robusta e resiliente para durar (Artigo) 29

FOLHA DE S. PAULO - SP - MERCADO
ECONOMIA
Haverá plano de corte de despesa, diz Wellington Dias 31

FOLHA DE S. PAULO - SP - MERCADO
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS
Governo paga caro pela transição - VINICIUS TORRES FREIRE 32

FOLHA DE S. PAULO - SP - MERCADO
ECONOMIA
PIB só avança em dois estados em 2020, ano do início da pandemia 33

O ESTADO DE S. PAULO - COLUNA DO ESTADÃO
ECONOMIA
A bomba fiscal dos Estados (Editorial) 36

O GLOBO - RJ - POLÍTICA
ECONOMIA
Commodities brasileiras criam colchão de proteção cambial (Artigo) 38

VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL
ECONOMIA
Pandemia altera participação de Estados no ranking do PIB 39

VALOR ECONÔMICO - SP - INTERNACIONAL
ECONOMIA
PIB cai 4% e Rússia entra em recessão 40

VALOR ECONÔMICO - SP - FINANÇAS
ECONOMIA
Juro futuro supera 14% com ruído fiscal 41

Carf autoriza empresa a usar créditos sem retificação de declarações fiscais

Beatriz Olivon De Brasília

Veja a matéria no site de origem:

https://valor.globo.com/virador/?/editions#/edition/187383

Notícias Relacionadas:

VALOR ONLINE
Carf autoriza empresa a usar créditos sem retificação de declarações fiscais

Site:
https://valor.globo.com/virador/?/editions#/edition/187383

TCU aponta áreas com risco de gestão

O presidente em exercício do Tribunal de Contas da União (TCU), ministro Bruno Dantas, entregou, ontem, quatro relatórios produzidos pela Corte ao vice-presidente eleito Geraldo Alckmin, que coordena o governo de transição. Dois documentos chamam a atenção: o que destaca 29 pontos de "alto risco" para o futuro governo e o que avalia o funcionamento de programas sociais.

A Lista de Alto Risco (LAR) aponta as áreas com problemas de gestão e com potencial para desgastar o futuro governo. Um dos pontos de atenção destacados se refere às isenções fiscais.

"Há necessidade urgente de se estabelecer critérios para uma rescisão das isenções tributárias. O Brasil possui, hoje, mais de 4% do Produto Interno Bruto (**PIB**) comprometido com isenções tributárias", expôs o presidente em exercício do TCU.

O ministro observou que, nos governos Lula I e II, essa renúncia era de 2% do **PIB**. Dantas afirmou que defende a redução das isenções à metade, o que traria de volta ao Orçamento da União algo em torno de R$ 200 bilhões.

Ele observou que as renúncias fiscais estão atreladas a políticas públicas. Porém, o TCU analisa a eficiência dessas iniciativas e se justifica que façam jus à redução ou isenção no pagamento de **impostos**, taxas e contribuições.

Fraudes

Segundo a LAR, os 29 setores apontados representam risco por vulnerabilidade à fraude, ao desperdício, ao abuso de autoridade, à má gestão ou à necessidade de "mudanças profundas para que os objetivos das políticas públicas possam ser cumpridos". Entre as áreas de risco estão: pagamento do **INSS**, fragilidades na fiscalização da Administração Tributária, formulação e monitoramento de políticas públicas, fragilidades na segurança da informação nos sistemas do governo federal e grande número de obras paralisadas. Educação e Saúde também são apontadas como setores problemáticos.

O segundo documento entregue por Dantas a Alckmin, o Relatório de Fiscalização de Políticas Públicas 2021, avalia o funcionamento de seis programas sociais. "O programa Bolsa Família, pelo seu desenho e pelo critério de elegibilidade, é o que de forma mais eficiente atinge o objetivo de combater a pobreza e reduzir a desigualdade social", afirmou o ministro. Ele adiantou que o TCU está preparando uma análise sobre o Auxílio Brasil, do governo do presidente Jair e Bolsonaro (PL), que permitirá uma comparação com o Bolsa Família, modelo que será retomado pelo futuro governo. (TM, VC e VD)

Mercado espera sinal sobre novas regras fiscais e teto de gastos

A proposta do presidente eleito Luiz Inácio da Silva (PT) de retirar as despesas do Auxílio Brasil - que vai voltar a ser chamado de Bolsa Família - do teto de gastos sinalizou para os investidores do mercado financeiro que a aprovação de um novo arcabouço fiscal pode não acontecer até o fim do próximo governo. Essa foi justamente a preocupação do grupo de economistas da transição - André Lara Resende, Pérsio Arida, Guilherme Mello e Nelson Barbosa - transmitida aos negociadores políticos da Proposta de Emenda à Constituição (PEC) da Transição.

Lula prometeu na campanha revogar o teto de gastos - regra que atrela o crescimento das despesas à **inflação** -, e o mercado aguarda uma sinalização do novo arcabouço fiscal. Só com a nova regra na mesa seria possível fazer as contas sobre a trajetória de sustentabilidade da dívida pública a médio e longo prazos, considerando a expansão de despesas prevista na PEC.

Os economistas da transição avaliam que é preciso indicar uma nova regra para garantir credibilidade à política econômica de Lula no início do governo, o que não poderia demorar tanto tempo. Essa credibilidade é importante para a política de juros do Banco Central (BC) e para a redução do custo de financiamento da dívida do próprio governo.

A LDO serve de base para a definição do projeto de Orçamento, e o governo é obrigado a enviá-la até o dia 15 de abril de cada ano. A posição na ala política é de que um prazo de pelo menos quatro anos para o Auxílio fora do teto daria clareza de que é possível rever o arcabouço fiscal no mandato. Até porque o crescimento real de certas despesas (como dos benefícios do **INSS**) vai consumindo o espaço aberto no teto ao longo do tempo.

Em 2024, o espaço do teto já começa a apertar, sobretudo com a perda de base em função do ajuste do IPCA, o indicador usado para balizar a regra. Uma fonte envolvida nas negociações diz que é preferível colocar até 2026 para dar um fôlego ao debate sobre as novas regras.

Entre especialistas da área fiscal no mercado, a avaliação é de que o espaço aberto com a retirada do Auxílio Brasil - se governo e Congresso forem comedidos no reajuste de salários do funcionalismo e do ganho real do salário mínimo - deve ser suficiente para chegar ao fim do mandato.

Nesse caso, não haveria motivo para gastar capital político para aprovar uma nova PEC. A análise que é feita, porém, é a de que, se vierem a fazer, será porque querem ainda mais espaço para gastar além dos R$ 175 bilhões fora da regra do teto que devem ser pedidos para 2023.

Site: https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo

Economistas do grupo de transição ficam fora de debate sobre PEC

Brasília

Escolhidos para trabalhar no grupo de economia na transição, André Lara Resende, Guilherme Mello, Nelson Barbosa e Pérsio Arida ficaram de fora das negociações da Proposta de Emenda à Constituição (PEC) da Transição apresentada nesta quarta, 16, ao Congresso, pelo vice-presidente eleito Geraldo Alckmin.

Eles foram aconselhados a ficar de fora da discussão. Essa sinalização ficou clara quando Guilherme Mello chegou ontem cedo ao Centro Cultural Banco do Brasil (CCBB), sede do gabinete de transição em Brasília, e disse que a PEC era com o Senado .

O senador eleito Wellington Dias (PT-PI), destacado pelo presidente eleito Luiz Inácio Lula da Silva para cuidar da articulação política da PEC, admitiu que os economistas estão apartados das conversas sobre o assunto, mas minimizou a ausência deles. A missão do grupo de trabalho da economia é mais abrangente , disse ele, ao Estadão .

Uma reunião de forma virtual do grupo estava marcada para ontem, antes da entrega da PEC ao Congresso, mas não ocorreu. Os quatro não têm dado entrevistas sobre o assunto nem participado das reuniões para debater o texto. A reportagem apurou que as questões apontadas por eles sobre a PEC não serão absorvidas.

A ausência da participação dos economistas na discussão da PEC segue incomodando os investidores, contribuindo para a piora de preços de ativos no mercado. Quando o quarteto foi anunciado, a expectativa era de que participasse das negociações. Daí, a frustração de agora.

Regra fiscal

Também não foi bem recebida a fala de Alckmin de que a ancoragem fiscal será debatida mais à frente - ou seja, a definição de uma nova regra fiscal vai ficar para 2023. Ele acrescentou que o novo governo vai trabalhar pela responsabilidade fiscal, mas os agentes econômicos querem ver os planos da equipe de Lula para garantir a sustentabilidade da dívida no médio e longo prazo.

É muito impressionante que a opinião da área econômica seja irrelevante para discutir um volume de gastos que pode representar 83% da economia da reforma da Previdência com um gasto de R$ 175 bilhões (por ano) , criticou o ex-secretário do Tesouro Jeferson Bittencourt, economista da gestora ASA Investments, antes de conhecer os detalhes da PEC. Ele lembra que a reforma previdenciária pretendia economizar entre R$ 800 bilhões e R$ 850 bilhões em dez anos.

Pelos seus cálculos, sem que haja um aumento considerável da carga tributária e adotando um cenário relativamente otimista, a dívida bruta ao fim do mandato de Lula estaria em cerca de 89% do **PIB**, ante estimativa de terminar em 75% neste ano.

É incrível que, mesmo com vários especialistas alertando o novo governo para não cometer o erro do Reino Unido, essa transição está parecida em vários aspectos. A última é essa ausência do quarteto de economistas na discussão da PEC , avaliou o economista-chefe da BlueLine, Fábio Akira. Tirar os técnicos da discussão foi malvisto no Reino Unido e está pegando muito mal no Brasil , disse.

Mercado apreensivo

A proposta do presidente eleito Luiz Inácio da Silva (PT) de retirar as despesas do Auxílio Brasil - que vai voltar a ser chamado de Bolsa Família - do teto de gastos sinalizou para os investidores do mercado financeiro que a aprovação de um novo arcabouço fiscal pode não acontecer até o fim do próximo governo. Essa foi justamente a preocupação do grupo de economistas da transição - André Lara Resende, Pérsio Arida, Guilherme Mello e Nelson Barbosa - transmitida aos negociadores políticos da Proposta de Emenda à Constituição (PEC) da Transição.

Lula prometeu na campanha revogar o teto de gastos - regra que atrela o crescimento das despesas à **inflação** -, e o mercado aguarda uma sinalização do novo arcabouço fiscal. Só com a nova regra na mesa seria possível fazer as contas sobre a trajetória de sustentabilidade da dívida pública a médio e longo prazos, considerando a expansão de despesas prevista na PEC.

Os economistas da transição avaliam que é preciso

indicar uma nova regra para garantir credibilidade à política econômica de Lula no início do governo, o que não poderia demorar tanto tempo. Essa credibilidade é importante para a política de juros do Banco Central (BC) e para a redução do custo de financiamento da dívida do próprio governo.

A LDO serve de base para a definição do projeto de Orçamento, e o governo é obrigado a enviá-la até o dia 15 de abril de cada ano. A posição na ala política é de que um prazo de pelo menos quatro anos para o Auxílio fora do teto daria clareza de que é possível rever o arcabouço fiscal no mandato. Até porque o crescimento real de certas despesas (como dos benefícios do **INSS**) vai consumindo o espaço aberto no teto ao longo do tempo.

Em 2024, o espaço do teto já começa a apertar, sobretudo com a perda de base em função do ajuste do IPCA, o indicador usado para balizar a regra. Uma fonte envolvida nas negociações diz que é preferível colocar até 2026 para dar um fôlego ao debate sobre as novas regras.

Entre especialistas da área fiscal no mercado, a avaliação é de que o espaço aberto com a retirada do Auxílio Brasil - se governo e Congresso forem comedidos no reajuste de salários do funcionalismo e do ganho real do salário mínimo - deve ser suficiente para chegar ao fim do mandato. Nesse caso, não haveria motivo para gastar capital político para aprovar uma nova PEC. A análise que é feita, porém, é a de que, se vierem a fazer, será porque querem ainda mais espaço para gastar além dos R$ 175 bilhões fora da regra do teto que devem ser pedidos para 2023.

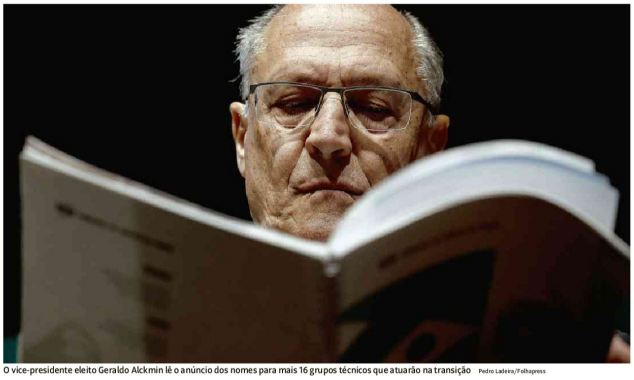
As informações são do jornal O Estado de S. Paulo.

Notícias Relacionadas:

O ESTADO DE S. PAULO
Economistas do grupo de transição ficam fora de debate sobre PEC

Site: https://economia.uol.com.br/noticias/estadao-conteudo/2022/11/17/economistas-do-grupo-de-transicao-ficam-fora-de-debate-sobre-pec.htm

Advogado de Lula, Janones e demitido por Bolsonaro entram na transição



O vice-presidente eleito Geraldo Alckmin lê o anúncio dos nomes para mais 16 grupos técnicos que atuarão na transição Pedro Ladeira/Folhapress

Marianna Holanda, Renato Machado e Raquel Lopes
brasília

O vice-presidente eleito, Geraldo Alckmin (PSB), anunciou nesta quarta (16) novos nomes para integrar a equipe de transição de governo.

Entre eles se incluem ex-ministros, o advogado do ex-presidente Lula (PT) na Lava Jato, Cristiano Zanin, e o ex-presidente do Inpe (Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais) Ricardo Galvão, que foi demitido por Jair Bolsonaro (PL).

Coordenador do grupo, Alckmin anunciou mais 16 equipes de transição: agricultura ; ciência e tecnologia; comunicação social, desenvolvimento agrário; desenvolvimento regional; justiça e segurança pública; meio ambiente; minas e energia; pesca; povos originários; **previdência social**; relações exteriores; saúde; trabalho; turismo e transparência/integridade/controle.

Há já ao menos 24 ex-integrantes da Esplanada nos nomes anunciados, como Alexandre Padilha (PT), da saúde, Marina Silva e Izabella Teixeira, ambas do meio ambiente.

O deputado André Janones (Avante-MG), que atuou intensamente nas redes sociais durante a campanha de Lula, também foi escalado para participar da transição, esse no grupo de comunicação.

Demitido pelo atual presidente, Galvão atuará no grupo de ciência e tecnologia. O ex-diretor foi acusado pelo presidente de estar "a serviço de alguma ONG". Na época, Bolsonaro disse que os dados de desmatamento no país foram "espancados" para atingir a imagem do Brasil e seu governo.

Depois de receber críticas, Galvão disse, em entrevista à Folha, que ele até poderia ser demitido, mas que o instituto era cientificamente sólido o suficiente para resistir aos ataques do governo.

Alckmin repetiu que não está certo que haverá um ministério para cada grupo de trabalho. "Não é obrigatório cada grupo técnico ter um ministério correspondente, mas são muito próximos. Não é exatamente igual. São as áreas de maior preocupação e maior empenho de políticas públicas", disse.

Governadores do Norte e Nordeste próximos a Lula também participarão das equipes técnicas. Helder Barbalho (MDB), governador reeleito do Pará, está no grupo de desenvolvimento regional. Ex-ministro da Pesca, ele acompanha Lula na COP27.

O governador do Ceará e senador eleito Camilo Santana (PT) acompanha Barbalho na mesma equipe. Já Paulo Câmara (PSB), governador de Pernambuco, integra a equipe de transparência.

Também na transparência está o procurador da Fazenda Jorge Messias, o Bessias, que se tornou conhecido com o vazamento do áudio de conversa entre a então presidente Dilma Rousseff e Lula.

Senador eleito e cotado para titular da Justiça, Flávio Dino (PSB), ex-governador do Maranhão, estará no grupo temático de Justiça e segurança pública. O político é apontado como possível nome para assumir o Ministério da Justiça, embora muitos avaliem que seja preciso manter políticos de expressão e experiência no Senado, onde o PL, partido de Jair Bolsonaro, conseguiu se transformar na maior bancada da Casa.

É também desta equipe que fazem parte advogados do grupo Prerrogativas, críticos do lavajatismo e próximos a Lula, como Marco Aurélio Carvalho, e o próprio advogado do petista, Zanin.

Ele é um dos nomes citados por aliados do mandatário eleito como cotado para uma das vagas que abrirão no STF (Supremo Tribunal Federal) no próximo ano.

Andrei Passos, delegado da PF (Polícia Federal) responsável pela segurança do presidente eleito

durante a campanha, também fará parte desta equipe. De acordo com Alckmin, polícias a nível federal, estadual e municipal foram convidadas para participar das discussões.

A relação dos novos nomes também apresenta senadores que integraram a CPI (Comissão Parlamentar de Inquérito) da Covid, que se tomou o principal ponto de desgaste ao governo Bolsonaro durante o enfrentamento da pandemia do novo coronavírus.

O presidente da comissão, Omar Aziz (PSD-AM), vai integrar o grupo técnico de Justiça e Segurança Pública. O vice-presidente da CPI, Randolfe Rodrigues (Rede-AP), estará no colegiado que vai tratar de Desenvolvimento Regional, assim como seu colega de comissão, Otto Alencar (PSD-BA). O relator da CPI da Covid, Renan Calheiros (MDB-AL), já havia sido escalado para o conselho político da transição.

Outro grupo técnico que concentra ex-ministros é o da Agricultura, que terá, como por exemplo, KátiaAbreu (PPTO), ministra de Dilma, e Luiz Carlos Guedes, que atuou no governo Lula. Esse grupo técnico teve a primeira reunião na tarde desta quinta-feira (16), com a participação de dois de seus coordenadores, o senador Carlos Fávaro (PSD-MT) e Neri Geller.

Na saída, ambos foram questionados sobre as conversas gerais com o agronegócio, de uma maneira geral, tendo em vista que o setor foi um dos motores da candidatura de Bolsonaro.

"O pessoal está baixando a poeira e está começando a vir conversar. É o caminho: pacificar", afirmou Geller.

Alckmin também anunciou os nomes que vão compor o grupo técnico das Relações Exteriores. Integram a lista ex-chanceleres dos governos Lula e Michel **Temer**. O principal nome é Celso Amorim, chanceler durante o governo Itamar Franco e nos oito anos da gestão do petista. Amorim depois foi ministro da Defesa de Dilma.

Outro ex-chanceler é Aloysio Nunes Ferreira, senador pelo PSDB, que foi o ministro das Relações Exteriores no governo **Temer**. Também faz parte do grupo técnico o ex-ministro da Educação e ex-senador Cristovam Buarque, que no passado deixou o PT por divergência com a cúpula do partido e com os rumos do governo Lula.

Também foram divulgados os nomes do grupo técnico dos Povos Originários. Figuram na lista dos integrantes a deputada federal Joênia Wapichana (Rede-RR) e a deputada federal eleita Sônia Guajajara (PSOL-SP).

Novos indicados para os grupos de trabalho

Ciência e Tecnologia

Alexandre Navarro

André Leandro Magalhães

Celso Pansera

Glaucius Oliva

IIdeo de Castro Moreira

Ima Viera

Iraneide Soares da Silva

Leone Andrade

Luis Manuel Rebelo Fernandes

Luiz Antônio Elias

Ricardo Galvão

Sérgio Machado Rezende

Comunicação

André Janones

Antônia Pelegrino

Flávio Silva Gonçalves

Florestan Fernandes Junior

Helena Chagas

Hélio Doyle

João Brant

Laurindo Leal Filho (Lalo)

Manuela DÁvila

Octávio Costa

Tereza Cruvinel

Viviane Ferreira

Desenvolvimento Agrário

Célia Watanabe

Elizangela Araújo

Givanilson Porfirioda Silva

JoãoGrandão

José Josivaldo Oliveira

Luis Henrique Gomes de Moura

Maria Josana Lima Oliveira

Miguel Rosseto

Pedro Uczai

Robervone Nascimento

Vanderley Ziger

Desenvolvimento Regional

Camilo Santana

Esther Bemerguy

Helder Barbalho

Jonas Paulo Neres

Otto Alencar

Randolfe Rodrigues

Raimunda Monteiro

Tânia Barcelar

Justiça e Segurança Pública

Andrei Passos Rodrigues

Camila Nunes

Carol Proner

Cristiano Zanin

Flávio Dino

Gabriel Sampaio

Jaqueline Signoreto

Mareio Elias Rosa

Marco Aurélio Carvalho

Marivaldo Pereira

Marta Machado

Omar Aziz

Paulo Teixeira

PierpaoloCruz Bottini

Sheila Carvalho

Tamires Gomes Sampaio

Wadih Damous

Meio Ambiente

Carlos Mine

Isabela Teixeira

Jorge Viana

José Carlos Lima da Costa

Marilene Correia da Silva Freitas

Marina Silva

Pedro Ivo

Silvana Vitoraci

Pesca

Altemir Gregolin

Antonia do Socorro Pena da Gama

Carlos Alberto da Silva Leão

Carlos Alberto Pinto dos Santos

Cristiano Wellington Norberto Ramalho

Ederson Pinto da Silva

Flavia Lucena Frédou

João Felipe Nogueira Matias

Povos Originários

Benki Ashaninka

Célia Xakriabá

Davi Yanomami

João Pedro Gonçalves da Costa

Joenia Wapichana

Juliana Cardoso

Mareio Meira

Marivelton Baré

Sonia Guajajara

Tapi Yawalapiti

Previdência Social

Alessandro Antonio Stefan utto

Eduardo Fagnani

Fabiano Silva

Jane Peronger

José Pimentel

Luiz Antonio Adriano da Silva

Relações Exteriores

Aloysio Nunes Ferreira

Aldo Faleiro

Celso Amorim

Cristóvão Buarque

Monica Valente

Pedro Abramovay

Romenio Pereira

Transparência, Integridade e Controle

Ailton Cardoso

Claudia Aparecida de Souza Trindade

Cleucio Santos Nunes

Eugenio Aragão

Jorge Messias

Juliano José Breda

Luis Navarro

Luis Carlos Rocha

Manuel Caetano Ferreira Filho

Mauro Menezes

Paulo Câmara

Vânia Vieira

Turismo

Arialdo Pinho

Carina Câmara

Chieko Aoki

Luis Barreto

Marcelo Freixo

Veneziano Vital do Régo

Marta Suplicy

. Orsini Oliveira Junior

Site: https://acervo.folha.com.br/digital/leitor.do?numero=50098

Financiadores são apontados

O Supremo Tribunal Federal (STF) está reunindo os relatórios enviados pelo Ministério Público Federal, Polícia Federal (PF), polícias civis e militares sobre o perfil dos chefes e financiadores das manifestações antidemocráticas em todo o país. Desde 30 de outubro, manifestantes inconformados com a vitória de Luiz Inácio Lula da Silva (PT) nas urnas realizaram bloqueios ilegais em rodovias e em frente a vias públicas próximas aos quartéis das Forças Armadas.

Nos ofícios são citados políticos, policiais e ex-policiais, **servidores públicos**, sindicalistas, fazendeiros, empresários do agronegócio e donos de estandes de tiro. Eles ainda não foram acusados de qualquer crime, mas poderão ser investigados e enquadrados.

O levantamento das polícias reúne fotos e outras informações, além dar detalhes sobre o trabalho realizado pelas polícias para desmobilizar as manifestações e desbloquear as vias públicas ocupadas pelos bolsonaristas. Os relatórios destacam informações sobre os donos de veículos que impediam o direito de ir e vir de outras pessoas por meio do bloqueio e interdição de estradas e ruas.

A solicitação do STF já havia sido feita à PF. A Justiça ainda quer saber quem são os responsáveis por garantir infraestrutura no local das manifestações, como a instalação de banheiros químicos, alimentação, alojamentos e carros de som. O mapeamento traz, ainda, informações obtidas nas redes sociais, onde alguns dos participantes se identificavam como chefes dos atos.

Fazendeiros

No Acre, o relatório de inteligência da PM local aponta que dois fazendeiros estariam entre os financiadores dos atos em defesa de intervenção das Forças Armadas contra o resultado da eleição. Já em Goiás, empresários donos de uma panificadora, um ex-vereador de São Miguel do Araguaia, um corretor e candidato derrotado a prefeito da cidade em 2020 são citados pela Polícia Civil como organizadores de bloqueios na zona rural.

Em relação ao Maranhão, dois candidatos a deputado estadual, um investigador de polícia lotado na Secretaria de Segurança Pública do estado e um líder do movimento Patriotas do Asfalto foram apontados como responsáveis pelas manifestações em frente ao quartel do 24º Batalhão de Infantaria de Selva, em São Luís. No caso de Minas Gerais, um dos chefes do Movimento Direita BH e um comerciante foram os principais articuladores dos atos no estado. Empresários estão contribuindo com alimento e água para os bolsonaristas.

A Polícia Civil do Rio Grande do Sul cita um policial militar aposentado, um representante do movimento Direita RS, um deputado federal eleito e uma agente penitenciária como organizadores e incentivadores de protestos contra a vitória de Lula. Em Santa Catarina, um empresário que é dono de uma produtora de erva-mate foi apontado como um dos financiadores dos protestos no estado.

A elaboração dos documentos foi determinada pelo ministro Alexandre de Moraes, do STF. Na decisão, ele ordenou "o envio de todas as informações sobre a identificação dos caminhões e veículos que participaram ativamente dos bloqueios e nas manifestações em frente aos quartéis das Forças Armadas, assim como os dados dos respectivos proprietários, pessoas físicas ou jurídicas". (LP)

Lula não vai cometer os mesmos erros do passado, diz Abilio

Por Mônica Scaramuzzo - De São Paulo

Veja a matéria no site de origem:

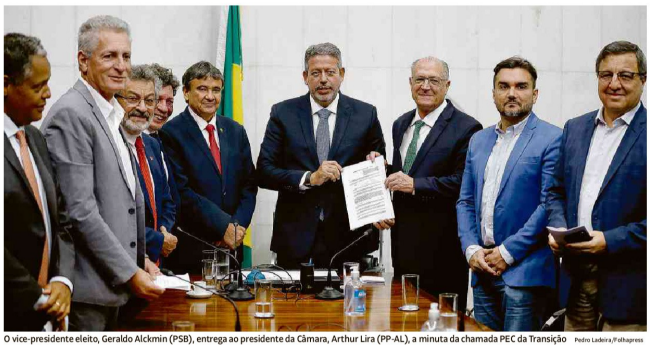
https://valor.globo.com/politica/noticia/2022/11/17/lula-nao-vai-cometer-os-mesmos-erros-do-passado-diz-abilio.ghtml

Notícias Relacionadas:

VALOR ECONÔMICO - SP
Lula não vai cometer os mesmos erros do passado, diz Abilio

Site: https://valor.globo.com/politica/noticia/2022/11/17/lula-nao-vai-cometer-os-mesmos-erros-do-passado-diz-abilio.ghtml

Equipe de Lula apresenta PEC que exclui Bolsa Família do teto sem prazo



O vice-presidente eleito, Geraldo Alckmin (PSB), entrega ao presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), a minuta da chamada PEC da Transição Pedro Ladeira/Folhapress

Após duas semanas de intensa negociação, o vice-presidente eleito, Geraldo Alckmin (PSB), apresentou nesta quarta-feira (16) a minuta da PEC (proposta de emenda à Constituição) da Transição, que propõe retirar o programa Bolsa Família do teto de gastos de forma permanente e abre caminho para honrar promessas de campanha do presidente eleito, Luiz Inácio Lula da Silva (PT).

A medida é considerada necessária para evitar um apagão social no ano que vem, já que a proposta de Orçamento enviada em agosto pelo governo Jair Bolsonaro (PL) assegura apenas um valor médio de R$ 405,21 para os beneficiários, além de impor cortes severos nas verbas para a habitação e no Farmácia Popular.

"É o cuidado com o social, combater a fome, erradicar a pobreza e atender às crianças", disse Alckmin em entrevista a jornalistas após a entrega da proposta.

"Estamos tomando uma medida de salvação nacional", disse o relator do Orçamento de 2023, senador Marcelo Castro (MDB-PI), que estava na reunião para receber o texto.

A PEC não vai fixar um valor máximo para a fatura extrateto, mas as estimativas da equipe de Lula apontam a necessidade de R$ 175 bilhões para o programa social no ano que vem. O valor inclui R$ 157 bilhões para assegurar a continuidade do benefício mínimo de R$ 600 e R$ 18 bilhões para bancar a parcela adicional de R$ 150 por criança de até seis anos.

O texto também não estipula prazo de validade para a medida, o que deixa a porta aberta para que ela seja permanente. "Nós trouxemos uma proposta que não tem prazo, tem um princípio que é a exclusão do Bolsa Família", disse Alckmin. "Cabe à Câmara e ao Senado discutir [esse ponto]."

Só considerando a retirada do Bolsa Família do teto de gastos, o déficit primário do governo no ano que vem pode passar de R$ 235 bilhões. Esse valor é bancado por dívida pública, que é financiada pela arrecadação (obtida principalmente a partir dos **impostos** pagos pela sociedade).

Integrantes do PT sabem que uma ala importante do Congresso defende restringir a validade da exceção a 2023, primeiro ano do governo Lula. Por isso, aliados do petista admitem negociar um prazo de quatro anos, o que é visto como um meio-termo para acenar a setores que temem um "cheque em branco".

Na terça-feira (15), o Painel mostrou que Lula defendeu o prazo de quatro anos ao presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), em conversa reservada no Egito, onde participam da COP27, a conferência do clima das Nações Unidas.

O modelo de exclusão do Bolsa Família do teto de gastos prevaleceu apesar dos alertas vindos do mercado financeiro, que vê no tamanho da fatura um risco de descontrole das contas públicas -sobretudo se a medida for adotada de forma permanente.

Mesmo que o prazo fique em quatro anos, a conta que está sendo feita por alguns analistas é que o novo governo terá autorização para gastar R$ 700 bilhões fora do teto no período -valor próximo da economia estimada com a reforma da Previdência, aprovada em 2019 pela atual administração.

Alckmin buscou minimizar os temores dos investidores. "Nós vamos explicando. O pessoal vai ficar mais tranquilo", disse.

Pessoas que participam das discussões da PEC destacam que a exclusão mais duradoura do Bolsa Família do teto de gastos evita que o novo governo fique sem margem para governar. O novo risco de aperto poderia surgir já em abril de 2023, quando é preciso encaminhar o projeto de LDO (Lei de Diretrizes Orçamentárias) de 2024.

O prazo de quatro anos também é visto como uma forma de dar tempo ao novo governo para estruturar

uma proposta de novo arcabouço fiscal, algo que não é trivial e demanda uma série de análises técnicas.

Na campanha, Lula chegou a falar em revogar o teto de gastos, mas a equipe do petista ainda não decidiu qual deve ser o novo modelo para substituir a âncora fiscal.

A PEC foi entregue no Senado ao presidente da CCJ (Comissão de Constituição e Justiça), Davi Alcolumbre (União Brasil-AP) e ao relator do Orçamento. Pacheco não pôde comparecer porque está na COP27. O presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), não se dirigiu à Presidência do Senado, onde ocorreu a entrega do texto. Ele recebeu Alckmin posteriormente, em seu gabinete da Presidência na Câmara.

O próximo passo é colher assinaturas para que a PEC comece formalmente sua tramitação, o que petistas pretendem fazer já nesta quinta-feira (17). Ela deve começar a ser analisada pelo Senado, onde o rito é mais simples. Na Câmara, a expectativa é apensar o texto a uma proposta já em tramitação para que a votação seja feita diretamente em plenário.

Alcolumbre, que preside a CCJ, disse que as negociações ainda precisarão prosseguir antes de se ter um consenso em torno do texto. "De fato hoje, nós temos uma minuta, mas, repito, não é um texto. Até porque não existe proposta de emenda constitucional. Existe um desejo do novo governo pedindo apoio do Parlamento para que a gente possa construir em várias mãos esse texto", disse.

Líder do PT no Senado, Paulo Rocha (MG) acredita ser possível fazer as duas votações no mesmo dia. Isso daria um prazo de duas semanas para a análise do texto pela Câmara dos Deputados, cumprindo a expectativa de aprovar a PEC ainda neste ano, a tempo de incorporar as mudanças ao Orçamento de 2023.

Na Câmara, o texto seria apensado à PEC 24, que tem a deputada Tabata Amaral (PSB-SP) como relatora.

O senador Alexandre Silveira (PSD-MG) afirmou que "tudo" ainda pode ser negociado. "É uma minuta. Não tem nada construído. [O texto] vai ser discutido a partir da entrega da minuta. Agora tem que buscar convergência para ter maioria. Todos saem com o mesmo dever de casa, de construir maioria consensual para poder, em um prazo exíguo, destravar o Brasil do ponto de vista de investimentos", afirmou.

Ao retirar o Bolsa Família do teto, os R$ 105 bilhões atualmente reservados para o programa na proposta de Orçamento poderão ser redistribuídos a outras ações, incluindo promessas de Lula, como o aumento real do salário mínimo (acima da **inflação**) e a recomposição da verba para programas como Minha Casa, Minha Vida e Farmácia Popular.

Um dos poucos pontos já conhecidos é que a equipe de Lula pretende sugerir um salário mínimo próximo a R$ 1.320 no próximo ano, o que gera um custo adicional de R$ 6,8 bilhões, como mostrou a Folha. A grande incógnita, por sua vez, é o volume destinado aos investimentos.

Alckmin também confirmou a inclusão de um dispositivo que permite ao governo usar recursos obtidos por meio de doações na execução de projetos ambientais. A articulação foi feita no dia em que Lula discursou na COP27, cobrando recursos dos países ricos e colocando o combate à crise climática como prioridade em seu novo governo.

A avaliação é que não faz sentido limitar essas despesas, uma vez que retirá-las do teto estimula parcerias e até mesmo viabiliza novas fontes de financiamento para gastos estratégicos. O Fundo Amazônia, por exemplo, hoje tem dificuldade para estabelecer parcerias com a União diante da falta de espaço no Orçamento.

"É dinheiro de graça. Não tem lógica [limitar a despesa]", disse o vice eleito. "Teremos mais recursos para preservar o meio ambiente e combater as mudanças climáticas", complementou.

A mesma lógica deve ser aplicada às universidades federais, que teriam autorização para executar despesas fora do teto caso elas sejam bancadas com receitas próprias, como doações ou captações. Hoje, esse tipo de gasto fica sujeito ao limite, o que gera reclamações das instituições e engessa projetos de pesquisa. A avaliação é que o novo modelo pode inclusive induzir parcerias e até mesmo reduzir a dependência do Orçamento público.

O texto da PEC também permite a destinação de uma parcela das receitas extraordinárias (obtidas, por exemplo, com bônus de assinatura de leilões de petróleo) para custear investimentos públicos fora do teto de gastos. O argumento é que essa despesa teria uma espécie de lastro fiscal, ou seja, só seria realizada mediante o excesso de arrecadação.

A ideia, porém, é estipular um limite para essa parcela, equivalente a 6,5% do excesso de arrecadação verificado em 2021 -o que resulta em um valor seja de até R$ 23 bilhões. Na prática, o extrateto poderá ser de até R$ 198 bilhões, caso a PEC seja aprovada da forma como foi apresentada, como antecipou a Folha.

A regra seria uma forma de compensar a perda de espaço no teto de gastos a partir de 2024, quando será preciso ajustar o crescimento maior do limite em 2023. O relator já indicou que vai manter a correção de 7,2% prevista no Orçamento, apesar da desaceleração recente da **inflação**.

Site:
https://acervo.folha.com.br/digital/leitor.do?numero=50098

País deixa de arrecadar R$ 120 bi para subsidiar combustíveis fósseis

Eduardo Cucolo

O Brasil deixou de arrecadar R$ 118 bilhões em 2021 para subsidiar o consumo e a produção de combustíveis fósseis, e a expectativa é que esse valor aumente neste ano, diante de novas desonerações anunciadas pelo governo Jair Bolsonaro (PL).

O dado é resultado do estudo "Subsídios aos combustíveis fósseis: conhecer, avaliar, reformar", divulgado nesta quarta-feira (16) pelo Inesc (Instituto de Estudos Socioeconômicos), em um evento simultâneo à COP27, conferência da ONU sobre mudanças climáticas.

Mais de 60% do valor de 2021 foi destinado a subsidiar o consumo, como as desonerações de PIS/Cofins e Cide-Combustíveis sobre gasolina e diesel, que representaram uma perda de arrecadação de R$ 60 bilhões no ano passado

Quase 40% foram utilizados para financiar a produção, com destaque para o Repetro, programa que isenta de **tributos** a importação e produção interna de máquinas e equipamentos para a exploração de petróleo e gás.

"Os subsídios são pouco efetivos para o controle inflacionário, pois o aumento dos preços não se deve ao aumento dos **impostos**, mas, sim, à internalização das oscilações dos preços internacionais, tanto é que a **inflação** se manteve alta em 2022, mesmo com as renúncias do ano passado", afirma Livi Gerbase, assessora política do Inesc.

Para a instituição, como essas medidas não são direcionadas aos mais pobres, elas tendem a favorecer famílias mais ricas, que gastam proporcionalmente mais com combustíveis.

Mesmo seu impacto indireto sobre outros custos é limitado e de curto prazo. Há também dúvidas se as renúncias fiscais são inteiramente repassadas aos consumidores. Levantamento do Observatório Social do Petróleo mostrou aumento nas margens de lucro dos postos após medidas recentes nesse sentido.

"Essas benesses ao setor deveriam ser limitadas no tempo e pensadas a partir das necessidades das pessoas mais pobres, pois, do jeito que estão, os subsídios só aprofundam ainda mais as desigualdades", diz a especialistas sobre o corte de **tributos** que também financiam a seguridade.

A expectativa é que o valor dos subsídios aumente em 2022, quando foram zeradas as alíquotas do PIS/Cofins, do PIS-Importação e da Cofins importação sobre combustíveis fósseis, às vésperas do período eleitoral, e foi instituído um teto para o ICMS estadual.

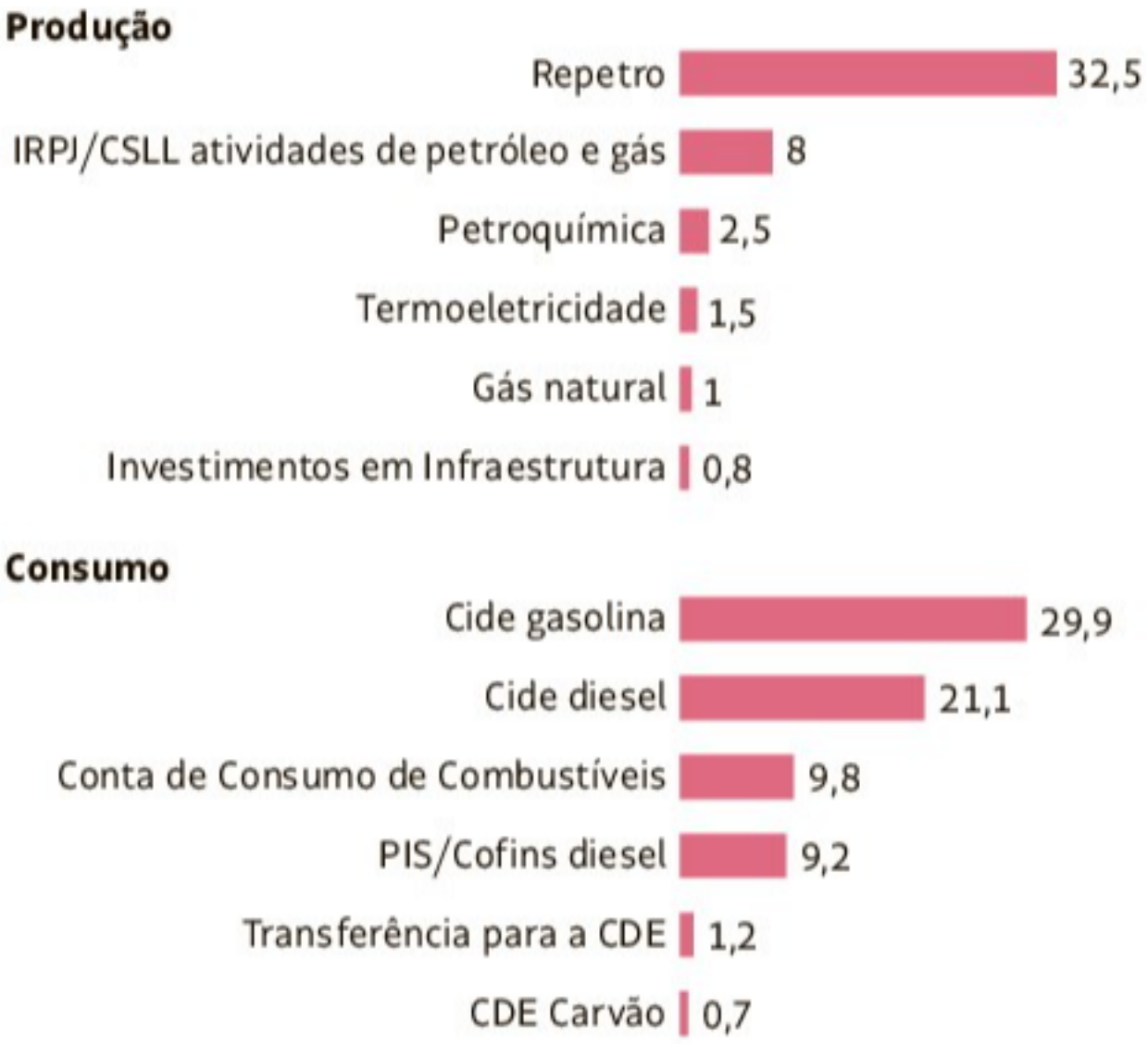
No caso do ICMS, a perda de arrecadação foi estimada pela IFI (Instituição Fiscal Independente) em R$ 13,3 bilhões para estados, que arrecadam, e para os municípios, que recebem parcela do tributo. O PIS/Cofins sobre combustíveis tem perda estimada em R$ 17,6 bilhões para o governo federal.

Os dados do Inesc consideram renúncias fiscais e gastos diretos, como recursos do Orçamento federal para as petroleiras realizarem pesquisas, por exemplo.

Site:
https://acervo.folha.com.br/digital/leitor.do?numero=50098

Subsídios aos combustíveis fósseis em 2021

Em R$ bilhões



Fonte: Inesc (Instituto de Estudos Socioeconômicos)

Quando testar a autonomia do BC é flertar com a dominância fiscal - SOLANGE SROUR

Passadas quase três semanas da eleição, ainda não temos definição de quem será o ministro da Economia nem pistas sobre propostas de como reconstruiremos uma regra fiscal crível que possibilite a estabilização da dívida pública. Ademais, não temos, até o momento, sinais de que organizaremos o Orçamento de 2023 com base na responsabilidade fiscal.

Diante desse cenário, os ativos financeiros reagiram negativamente -o Ibovespa despencou, o real depreciou e juros futuros dispararam-, na contramão do mercado externo, que se apresenta mais favorável depois de um alívio na **inflação** americana e de notícias mais positivas vindas da China.

Mesmo os estrangeiros, em sua maioria mais confiantes com o país, começaram a questionar a sensatez de trazer mais incertezas no começo de um governo que prometera credibilidade, previsibilidade e estabilidade e como isso tenderia a atrapalhar o trabalho do Banco Central.

Até o dia das eleições, era esperado que o Brasil fosse um dos primeiros países a iniciarem o ciclo de queda dos juros, mesmo com a atividade forte. Já não estamos mais nessa "fila". Com a permanência da sensação de falta de âncora fiscal crível, é mais provável que o próximo movimento da curva de juros futura seja precificar uma alta nas taxas para o começo do ano que vem.

Não é novidade que a política fiscal interfere na monetária. O primeiro canal é o da demanda agregada -um novo estímulo fiscal em uma economia que está sem capacidade ociosa e com núcleos de **inflação** bem acima da meta exige juros mais restritivos. O segundo é o da perda do equilíbrio fiscal, que gera aumento do prêmio de risco, depreciação cambial e desancoragem da **inflação**. Há ainda o canal de uma política parafiscal agressiva, com o uso intensivo do BNDES e de bancos públicos para subsidiar o crédito, que diminui a potência da política monetária.

A preocupação do BC já está presente em sua comunicação faz tempo e foi reforçada na ata da mais recente reunião do Copom, através de dois alertas: "O comitê avalia que o aumento de gastos de forma permanente e a incerteza sobre sua trajetória a partir do próximo ano podem elevar os prêmios de risco do país e as expectativas de **inflação**" e "notou a maior sensibilidade dos mercados a fundamentos fiscais (...) concomitante ao aperto das condições financeiras, [o que] inspira maior atenção para países emergentes".

Pela primeira vez em nossa história, haverá alternância do Poder Executivo com o BC autônomo. Aliás, esse é o único fator estabilizador neste momento. Sem a aprovação da lei complementar nº 179, especulações sobre a nomeação do novo presidente do BC certamente trariam mais volatilidade, com a incógnita quanto ao rumo da política monetária se somando à incerteza fiscal.

É verdade que a **inflação** brasileira caiu de forma relevante nos últimos meses -ainda que em grande parte pela redução de **impostos**-, trazendo menor inércia para 2023. Também já vemos uma incipiente melhora qualitativa da **inflação**. Mas, se mesmo sem uma crise de confiança já seria desafiante ter alguns componentes da **inflação**, como os serviços, desacelerando em meio a uma economia turbinada por estímulos fiscais, com crise esse cenário fica difícil de acontecer.

Quando a âncora fiscal de um país é perdida, as expectativas de **inflação** se desancoram completamente e, ainda que a desorganização fiscal resulte em recessão, o resultado mais provável é um processo de aumento da **inflação**.

Se o BC se vir obrigado a reagir à perda da âncora fiscal, subindo os juros, caminharemos para um processo de dominância fiscal.

No momento em que o BC sobe os juros para tentar conter a **inflação**, o gasto público adicional torna mais alta a **inflação** necessária para estabilizar a dívida pública. Isso porque -sem mecanismos de freio fiscal- a **inflação** passa a ser a solução do problema da solvência.

Primeiro, por aumentar o **PIB** nominal, que entra no denominador da relação dívida/**PIB**; e, segundo, por causar alguma melhora no resultado primário, já que

as receitas são mais indexadas que as despesas.

Um ciclo vicioso de aumento do prêmio de risco e da **inflação** torna a política monetária sem eficácia e passageira do processo dominado pelo problema fiscal.

Vivemos uma situação parecida em 2015, mas a diferença atual é que temos um BC com credibilidade e que acaba de conquistar sua autonomia formal. Se a escolha de política econômica do novo governo nos colocar em dominância fiscal, o BC terá de agir sem titubear, inclusive para não restarem dúvidas de que essa instituição possui autonomia de fato, não apenas na lei.

Site:
https://acervo.folha.com.br/digital/leitor.do?numero=50098

Salto propõe a Alckmin licença de gastos com regra atrelada à dívida

ADRIANA FERNANDES BRASÍLIA I ALINE BRONZATI/NOVA YORK

O secretário da Fazenda de São Paulo, Felipe Salto, entregou ao vice-presidente eleito Geraldo Alckmin uma proposta que une uma licença excepcional para gastar em 2023, de cerca de R$ 120 bilhões, e uma nova regra fiscal atrelada à trajetória da dívida.

A minuta da Proposta de Emenda à Constituição (PEC), obtida pelo Estadão, permite o waiver (despesa fora do teto de gastos) no Orçamento de 2023, altera a forma de correção do teto de gastos da União a partir de 2024 e introduz regras para a trajetória da dívida pública até 2036, ano de término de vigência do teto de gastos.

"O waiver pode ser maior do que R$ 120 bilhões, mas é um número inicial que calibramos.

Isso pode ser discutido. O fundamental é o novo arcabouço fiscal", disse Salto.

O texto foi construído por um "conselho" informal de economistas que Salto chamou para escrever a PEC: Fernando Facury Scaff, professor de Direito Financeiro da Universidade de São Paulo; Eduardo Walmsley Carneiro, procurador do Estado de SP; Josué Pellegrini, ex-diretor da Instituição Fiscal Independente (IFI); Guilherme Tinoco, assessor da Secretaria da Fazenda de SP; Cristiane Coelho, doutora em Direito pela USP; e José Roberto Afonso, pesquisador do IDP, centro de estudos de políticas públicas, e um dos pais da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF). Técnicos do governo de forma independente ajudaram a elaborar o texto.

A minuta foi detalhada por Salto a Alckmin em encontro, em São Paulo, no início da semana.

O coordenador da transição está colhendo informações sobre propostas de regras fiscais, tema excluído das negociações da PEC da Transição - para desconforto do mercado e de economistas da equipe.

Agora, o grupo está colhendo sugestões. O presidente do Banco Central, Roberto Campos Neto, pediu uma cópia da PEC para análise do texto. Por trás da proposta, está o diagnóstico de que os assuntos devem ser tratados em uma só emenda constitucional, diante da urgência e da difícil tramitação de mudanças constitucionais.

O waiver se deve à necessidade de acomodar no teto de gastos despesas não contempladas na proposta de Orçamento da União enviada ao Congresso.

Algumas dessas despesas se relacionam a promessas feitas durante a eleição presidencial.

"Elas são, de fato, necessárias, tendo em vista as duradouras consequências sociais da pandemia e de seus desdobramentos", ressaltou Salto, que está sendo cotado para assumir o Tesouro no próximo governo.

NOVA FORMA DE CORREÇÃO.

A PEC altera a regra do teto de gastos para excluir o Executivo da atual sistemática de correção anual pela **inflação**, medida pelo IPCA. No caso desse Poder, a despesa seria definida ano a ano em função da trajetória de dívida pública escolhida como objetivo. A mudança vigoraria a partir de 2024, já que, em 2023, haveria o waiver.

A mudança na regra do teto promoveria ganho de espaço fiscal, pois a despesa primária da União em relação ao **PIB** cairia mais lentamente do que com a correção apenas pela **inflação**.

Os autores estimam que o gasto seria próximo de 0,5 ponto porcentual do **PIB** maior com a mudança já ao término do novo mandato presidencial, em 2026. A avaliação é de que essa estratégia possibilita acomodar despesas mais prementes, como investimentos públicos, e ajuda a evitar furos anuais na regra do teto.

Meirelles diz que teto só deveria retornar em 2024

O ex-ministro da Fazenda Henrique Meirelles afirmou que o governo do presidente eleito Luiz Inácio Lula da Silva (PT) deveria usar uma "licença" para gastar no próximo ano, em um mecanismo chamado de waiver - uma dispensa do cumprimento de exigências contratuais em contratos internacionais -, e voltar a ter uma âncora fiscal só em 2024.

"O governo Lula deveria usar o waiver em 2023 e,

então, cortar despesas não necessárias para retornar ao teto em 2024", disse ele, durante evento promovido pelo Bradesco BBI, em Nova York.

Ele lembrou que a criação do teto de gastos foi justamente para definir as prioridades de gastos. Para ele, o momento é de acomodar gastos sociais, como a manutenção do Auxílio Brasil em R$ 600.

Ele criticou o tamanho da equipe de transição. Segundo ele, o grupo é "um pouco grande demais". A lei prevê 50 cargos oficiais, mas, para acomodar todos os partidos que apoiaram o presidente eleito, o time deve superar 150 pessoas.

Questionado sobre a arrecadação do governo, Meirelles defendeu uma simplificação de **impostos**, o que contribuiria para elevar a produtividade no País.

A alternativa

Sugestão do grupo tem duas diretrizes

Limite em relação ao **PIB**

Duas diretrizes estão previstas na PEC entregue por Felipe Salto ao vice-presidente eleito Geraldo Alckmin. A primeira é a de que a dívida não poderá crescer mais do que 3 pontos porcentuais do **PIB**

Meta a longo prazo

A dívida terá de cair continuamente a partir de 2027 até 2036 para alcançar o objetivo de não ultrapassar a média da dívida das economias similares à do Brasil. O grupo que elaborou a proposta optou por não definir a trajetória ano a ano, pois a dívida está sujeita a um conjunto de variáveis que dificultam o controle no curto prazo

Compromisso

O governo terá de enviar a trajetória da dívida ao Congresso.

Se ela for alterada, será preciso que haja explicações, como ocorre com o sistema de metas de **inflação** - nesse caso, é o Banco Central (BC) que explica ao ministro da Economia o motivo de o índice ter ficado fora das previsões

Como está hoje

Atualmente, a dívida do Brasil é cerca de 35% maior do que a dos países emergentes

Site: https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo

Em 2022, brasileiro já pagou R$ 2,5 trilhões em impostos

Veja a matéria no site de origem:

https://jornaldigital.oglobo.globo.com/

Mesmo sob pressão de custos, Votorantim lucra R$ 1,2 bi

Ivo Ribeiro De São Paulo

Veja a matéria no site de origem:

https://valor.globo.com/virador/#/edition/187383?page=10&section=2

Site: https://valor.globo.com/virador/#/edition/187383?page=10&section=2

Zelensky contradiz EUA, Otan e Polônia

A Ucrânia persistiu em afirmar, ontem, que o míssil que caiu na Polônia, matando duas pessoas, era russo, contrariando as versões de Estados Unidos e Otan, que o atribuem a um disparo da defesa antiaérea ucraniana. "Não tenho nenhuma dúvida de que não foi um míssil nosso", disse o presidente ucraniano, Volodymyr Zelensky. "Penso que é um míssil russo, com base em nossos relatórios militares", acrescentou. O míssil provocou a morte de dois homens no pequeno povoado polonês de Przewodow, situado a seis quilômetros da fronteira com a Ucrânia.

Inicialmente, o incidente gerou temores de uma escalada bélica, já que a Polônia é um país-membro da Otan e está amparada pelo compromisso de defesa coletiva da aliança. Mas, com as primeiras investigações sobre o ocorrido, a tensão diminuiu parcialmente. "O incidente foi provavelmente causado por um míssil do sistema ucraniano de defesa antiaérea para defender o país dos mísseis russos", disse o secretário-geral de Otan, Jens Stoltenberg.

O presidente polonês, Andrzej Duda, também afirmou que "não há indícios de que se trate de um ataque intencional contra a Polônia" e reiterou que é "bastante provável" que o míssil fosse ucraniano. O presidente dos Estados Unidos, Joe Biden, também disse em Bali, na Indonésia, onde participa da cúpula do G20, que era "pouco provável" que o míssil procedesse da Rússia. E a Casa Branca indicou depois que não havia "visto nada que contradissesse" a versão polonesa, embora isso não eximisse a Rússia de "responsabilidade" pelos bombardeios maciços que realiza na Ucrânia.

Mas esses relatórios não convenceram Zelensky que pediu acesso a "todas as informações" das quais dispõem seus aliados ocidentais na guerra que a Ucrânia trava contra a Rússia desde o fim de fevereiro, quando as tropas de Moscou invadiram seu país. O secretário do Conselho Nacional de Segurança e Defesa ucraniano, Oleksiy Danilov, disse que possuía "provas" do envolvimento russo e que estava disposto a entregá-las. Por sua vez, as autoridades da Hungria, outro país da Otan, consideraram a atitude de Zelensky pouco "responsável".

A Rússia, em contrapartida, louvou a "reação comedida" de Washington. Moscou acusou ainda a Ucrânia pela que a do míssil na Polônia. Contudo, na localidade de Przewodow, os moradores estavam preocupados. "Tenho medo. Não dormi durante a noite toda", disse Anna Magus, uma professora de 60 anos da escola primária do povoado.

Depois do incidente, os líderes mundiais pediram que não houvesse conclusões precipitadas. A China pediu "calma e moderação" e o chefe de governo alemão, Olaf Scholz, advertiu sobre o perigo que supõe chegar a conclusões "apressadas". É "absolutamente essencial evitar a escalada da guerra na Ucrânia", assinalou o secretário-geral das Nações Unidas, António Guterres.

A Rússia invadiu a Ucrânia em 24 de fevereiro e continua ocupando partes de seu território apesar de uma série de derrotas nos últimos meses, como a retirada na semana passada da cidade de Kherson (Sul). O general americano Mark Milley, chefe do Estado-Maior Conjunto das Forças Armadas dos EUA, reconheceu ontem que é pouco provável que Kiev recupere o controle de todos os territórios ocupados pelo exército russo, muitos deles desde 2014, como a península anexada da Crimeia. Moscou também enfrenta uma onda de sanções do Ocidente, que fizeram com que o país entrasse em recessão econômica, com duas quedas sucessivas de seu **PIB**, de 4,1% no segundo trimestre ede4%noterceiro.

Site:
https://digital.em.com.br/estadodeminas/17/11/2022/p1

Brasil perde oportunidade e desperdiça bônus demográfico

Renan Marra sãopaulo

O mundo chegou a 8 bilhões de pessoas, tendo o Brasil na sétima posição dos Estados mais populosos, com 215 milhões de indivíduos. Nos próximos anos, o país vai perder posições e terá de lidar com diminuição proporcional do número de jovens e o envelhecimento acelerado, acima do esperado na média global Projeção da ONU aponta o ápice populacional do país em204ó: 231 milhões de habitantes. Depois, o número de brasileiros começará a diminuir. A expectativa é que, até 2100, haja uma queda expressiva, com a população baixando para 185 milhões. Globalmente, a diminuição está mais distante: o mundo deve registrar o pico somente e m 2086, com 10,4 bilhões de pessoas. Em 2100, serão 10,3 bilhões.

A transição no Brasil acende alertas para a mudança da fase que os especialistas chamam de "bônus demográfico" para o "ônus demográfico". Na primeira, o crescimento econômico é favorecido pela maior proporção de jovens e adultos que trabalham e contribuem com a Previdência. Na segunda, o número de idosos é maior, o que pode tirar o impulso da economia e impactar o sistema de saúde.

O processo do bônus brasileiro começou na década de 1970 e teve o auge de 2015 a 2020, aponta José Eustáquio Diniz Alves, doutor em demo -grafia e ex-professor da Escola Nacional de Ciências Estatísticas. Mas, por diversos fatores, o país tem desperdiçado parte do período favorável. Agora, o que ele chama de janela de oportunidades está se fechando sem que o Brasil tenha de fato potencializado o crescimento.

"Podemos fazer uma analogia com uma casa. Até 2020, as janelas estavam se abrindo e mais luz entrava. Depois, começaram a se fechar. Ainda tem luz, mas em quantidade cada vez menor", diz o demógrafo, estimando que o país entrará na fase de ônus demográfico a partir de 2035.

O bônus demográfico é visto como período ideal para crescimento econômico e salto na qualidade de vida da população. "O problema é que o Brasil tem aproveitado apenas parte do bônus, não sua totalidade. Nos últimos sete anos, houve muito desperdício." De 2015 a 2016 a crise econômica roubou milhões de postos de trabalho. Mais recentemente, os efeitos da pandemia de Covid-19 e a Guerra da Ucrânia desencadearam aumento da **inflação** e alta no preço dos alimentos em nível global, impondo travas também à economia brasileira.

O desperdício do bônus está relacionado ao desemprego. Sem taxa de ocupação adequada, o país não consegue capitalizar o potencial de todo o contingente da população apta a produzir. No terceiro trimestre deste ano, a taxa de desemprego no Brasil ficou em 8,7%, segundo dados do IBGE divulgados no mês passado.

O demógrafo Ricardo Ojima, professor da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN) e ex-presidente da Associação Brasileira de Estudos Populacionais, reforça o consenso de que o país poderia ter aproveitado melhor o bônus com investimentos públicos de longo prazo nas áreas de educação e qualificação de jovens para atender demandas específicas, como no setor de tecnologia, que sofre com falta de mão de obra especializada.

"Mas os investimentos do atual governo em educação foram secundarizados. O orçamento do ensino superior hoje é um dos mais baixos nos últimos anos. Fica difícil ampliar o conhecimento tecnológico se há diminuição sucessiva do volume de recursos", diz.

Ao mesmo tempo que vê queda na taxa de fecundidade, o Brasil registra avanços nos indicadores da saúde e maior expectativa de vida. Segundo a ONU, os brasileiros estão vivendo em média 73,4 anos, alta de 52% em relação a 1950, quando a média era de 48,1 anos.

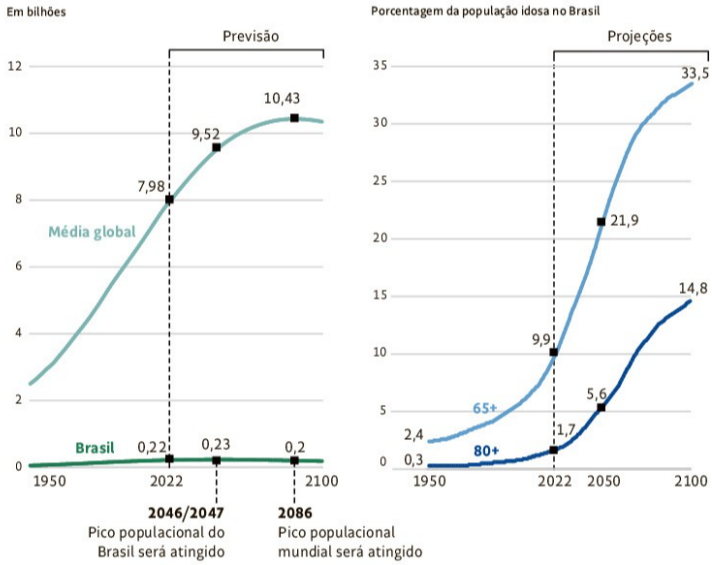
O envelhecimento proporcional não é um desafio só do Brasil. Estudo da FGV Social aponta que, até 2060,95% de uma lista de 201 países terão diminuição no percentual de jovens. Segundo o levantamento, em pouco menos de 40 anos a proporção de brasileiros de 15 329 anos (15,3%) estará mais próxima do extremo mínimo projetado para a Coréia do Sul (11,7%) do queda média mundial (20%).

A diferença é que o governo sul-coreano tem aproveitado melhor o momento de transição demográfica, com forte processo de industrialização e investimento maciço em educação e tecnologia, além da melhoria na qualificação dos jovens, aponta Ojima. Fatores nos quais, em geral, o Brasil tem falhado até

aqui.

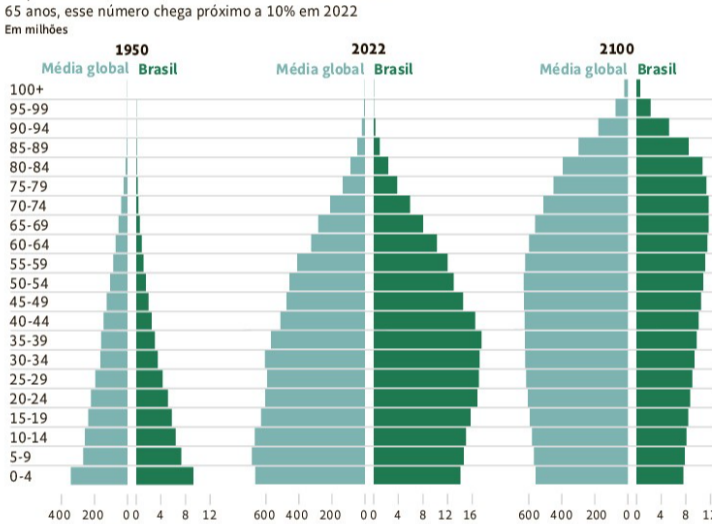
Site:
https://acervo.folha.com.br/digital/leitor.do?numero=50098

População brasileira deve começar a diminuir 39 anos antes que a média global

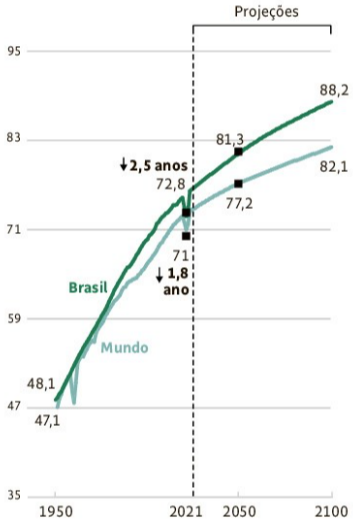


Pirâmides etárias

Enquanto em 1950 só 2,4% dos brasileiros tinham mais de 65 anos, esse número chega próximo a 10% em 2022



Queda na expectativa de vida na pandemia foi maior no Brasil que na média global



Fonte: World Population Prospects 2022

Brasil registra diminuição das taxas de fecundidade e melhoras em indicadores de saúde

Uma proposta de âncora fiscal dupla, robusta e resiliente para durar (Artigo)

Arminio é sócio-fundador da Gávea Investimentos, ex-presidente do BC e colunista da Folha; Mendes é doutor em economia, pesquisador associado do Insper e colunista da Folha

O regime fiscal de um país consiste em um conjunto de regras escritas, costumes e práticas que afetam o gasto público, a arrecadação tributária e a dívida pública. Compõem o regime fiscal as leis, como a de responsabilidade fiscal ou o teto de gastos; a jurisprudência construída em torno de questões fiscais pelos órgãos de controle e pelo Judiciário; os incentivos e regras não escritas que moldam a forma como o mundo político toma decisões orçamentárias; as relações fiscais entre os diferentes níveis de governo.

O tema é amplo e inclui dimensões quantitativas e qualitativas. Na quantitativa, tratada no presente artigo, a principal questão é se o déficit fiscal do país é sustentável ao longo do tempo. A base fundamental para um regime fiscal sustentável é intuitiva: o gasto e a dívida pública como proporção do **PIB** não podem crescer indefinidamente.

Em 1999, com a introdução do tripé macroeconômico (meta para **inflação**, câmbio flutuante e resultado primário positivo), tivemos uma mudança no regime fiscal, complementado pela Lei de Responsabilidade Fiscal (aprovada em 2000), que fixava metas para o resultado primário. Dado que a despesa era rígida e crescente, passou-se a equilibrar as contas da União mediante aumento da carga tributária.

Mas a disciplina imposta pela LRF teve vida curta, vítima de truques contábeis, desonerações e subsídios que reduziram a carga tributária. Ao se aproximarem as eleições de 2014 ocorreu o colapso final da responsabilidade, uma deterioração do primário federal de 4,7% do **PIB**, de um superávit de 2,2% do **PIB** em 2011 para um déficit de 2,5% em 2016.

Frente a essa situação, em 2016 foi proposto e aprovado o teto de gastos. Tratou-se de uma iniciativa para induzir uma mudança do regime fiscal do país pela via legal/constitucional. Na prática, sabia-se que o controle do crescimento da despesa dependeria de modificações nas leis que determinam o crescimento obrigatório de despesas, como as da Previdência e assistência social, assim como a folha de pagamento do Estado.

A percepção de que o teto poderia induzir um regime fiscal consistente contribuiu para reduzir a taxa de juros que os investidores requerem para aplicar em títulos públicos, o que diminuiu a despesa financeira da União e ajudou a desacelerar o crescimento da dívida. A forte redução de juros decorrente da parada súbita da economia, por causa da Covid 19, também ajudou a reduzir os juros e as despesas financeiras.

Mas, com o correr do tempo, os componentes legal, político, jurídico e federativo do regime fiscal, somados aos impactos econômicos e sociais da Covid-19, passaram a pressionar a despesa primária, que voltou a crescer em relação ao **PIB**. Seguidas emendas constitucionais foram aprovadas para elevar o teto e abrigar gastos adicionais, inclusive aquela ora em discussão.

Foi-se a âncora e entraremos em 2023 retomando a rota de insustentabilidade da dívida. Um simples exercício aritmético demonstra que o superávit primário necessário para manter a dívida pública estável está em 1,5% do **PIB**, um ajuste de 3% do **PIB** se o déficit de 2023 ficar em 1,5% do **PIB**. Para reduzir a dívida, seria necessário ampliar ainda mais o ajuste, algo que nos parece recomendável.

Os próximos governos, já a partir de 2023, não poderão abandonar o esforço de consolidação fiscal. Precisarão desenhar e aprovar uma regra crível, que ajude na mudança do regime fiscal em suas várias dimensões (legal, política, jurídica e federativa).

A ideia de regra fiscal se contrapõe à noção de discricionaridade. Em regimes fiscais frágeis, como o nosso, em que sempre há a tentação de se endividar "só mais um pouco", a literatura sugere amarrar as próprias mãos, através de regras formais, que permitam o acompanhamento de metas e que, em caso de violação, imponham custos reputacionais e mecanismos automáticos de ajuste.

A regra fiscal tem a finalidade de definir o nível e a trajetória de gastos e receitas compatíveis com a sustentabilidade da dívida pública (sempre como proporção do **PIB**). Define também trajetórias de convergência de volta para esses níveis quando houver desvio.

No caso do Brasil, parece claro que é muito elevada uma dívida de 77% do **PIB** com tendência de alta. Um forte indício são as taxas de juros reais que o governo federal paga para se financiar, hoje em torno de 6,0%, um ponto fora de qualquer curva global. Como um primeiro passo, sugerimos ter como meta uma redução da dívida para 65% em 10 anos

Consideramos que a melhor forma de o fazer é por meio de uma regra de limitação do crescimento do gasto. A receita seria estimada para um horizonte de tempo e o gasto seria limitado de forma a atingir, na média, o superávit primário necessário para trazer a dívida ao nível desejado.

A LRF cumpriu o papel de âncora fiscal por um tempo, mas o ajuste era feito pelo lado da receita e mediante contingenciamentos. Com isso, o ajuste era procíclico, o crescimento da despesa seguia a sua escalada e induzia as ineficiências decorrentes do contingenciamento. Havendo efetiva limitação da despesa, o Orçamento poderia ser impositivo. Isso contribuiria para uma gestão dos recursos públicos mais previsível e eficiente.

Nesse modelo, teríamos um estabilizador automático dos ciclos econômicos. Caso houvesse uma recessão, a receita cairia e, mantido o nível dos demais gastos da regra fiscal, o déficit aumentaria, evitando uma contração fiscal. Cabe discutir, também, mecanismos automáticos da área social, como o seguro-desemprego, que no Brasil carecem de uma boa revisão.

Além disso, haveria maior espaço para fixar uma regra mais frouxa para o crescimento de gastos desde que, ex-ante, benefícios tributários fossem revogados ou se decidisse por aumento da carga tributária. Quanto mais ambiciosa a meta de redução de dívida, e menor o esforço de redução de benefícios fiscais, mais restritiva teria que ser a regra de crescimento da despesa.

Uma cláusula de escape permitiria gastar acima do teto em emergências. Mas logo em seguida o superávit primário necessário para estabilizar a dívida seria recalculado. Essa função de reação é importante e tem amplo amparo na teoria econômica e na história.

Estamos aqui propondo metas para a dívida e para o gasto público. Seria uma decisão política, baseada em uma análise de custos e benefícios. As metas serão atingidas mediante um planejamento plurianual em que, periodicamente, o limite de despesa se ajustaria aos parâmetros e projeções observados para a dívida e a receita. Portanto, nossa proposta resgata elementos das duas âncoras que duraram pouco tempo.

No momento, a dívida encontra-se acima do nível desejável, o que exige substancial correção no saldo primário. Os parâmetros quantitativos adotados devem induzir o início imediato do ajuste, evitando-se fixar limites inicialmente frouxos, que não imponham sacrifícios ao governante e aos legisladores do momento, jogando a conta para as gerações futuras e seus governantes.

Regra alguma tem o poder de blindar para sempre um ambiente macroeconômico propício ao desenvolvimento sustentado e inclusivo de uma nação. Isso posto, é nossa convicção que a regra proposta reforçaria bastante as chances de sucesso de uma estratégia de desenvolvimento do país.

Site:
https://acervo.folha.com.br/digital/leitor.do?numero=50098

Haverá plano de corte de despesa, diz Wellington Dias

Idiana Tomazelli e Thiago Resende

O senador eleito Wellington Dias (PT- PI) disse nesta quarta-feira (16) que o novo governo de Luiz Inácio Lula da Silva (PT) "certamente" terá um plano de corte em despesas e controle de gastos como pessoal e custeio.

Ele não deu, porém, um prazo para que esse plano seja apresentado e disse que os detalhes estão sendo discutidos pelo grupo técnico de Economia da transição de governo -composto por Persio Arida, André Lara Resende, Nelson Barbosa e Guilherme Mello.

"O presidente Lula é um presidente que tem muita responsabilidade no controle das contas públicas. Certamente haverá um plano para corte de despesas, haverá um plano para controle de despesas como pessoal, custeio e várias outras despesas na perspectiva de a gente ter medidas que vão permitindo a gente trazer o endividamento, que se aproxima a 90% do **PIB**, para um patamar menor", disse.

Dias representa a equipe de transição nas negociações do Orçamento de 2023 e atua nas articulações da PEC (proposta de emenda à Constituição) da Transição, entregue nesta quarta-feira (16) com a previsão de permitir até R$ 198 bilhões em despesas fora do teto de gastos em 2023.

Site:
https://acervo.folha.com.br/digital/leitor.do?numero=50098

Governo paga caro pela transição - VINICIUS TORRES FREIRE

VINICIUS TORRES FREIRE

Se o governo quisesse tomar dinheiro emprestado nesta quarta-feira (16), pagaria muito mais do que na quarta passada, um dia antes do "Lula Day", como dizem os povos dos mercados. As taxas de juros deram um salto no mercado de títulos da dívida pública. Foram ao pico recente, de julho passado, e estão no nível mais alto desde o início do desastroso 2016.

O governo, o Tesouro Nacional, não precisa tomar dinheiro emprestado durante esses tumultos. Pode (ainda) esperar por uns dias, por um preço melhor. Se o caldo engrossar por mais tempo, o Tesouro acaba tendo de engolir a coisa. Isto é, pagar taxas de juros mais altas para cobrir a despesa para a qual não há receita e para rolar a dívida que vence, grosso modo.

O motivo do tumulto é, como se sabe, a "PEC da Transição", a emenda constitucional que vai permitir uma despesa além do teto. No Senado, estão dizendo ao governo de transição que não vai passar. E se passar?

A PEC previa que a despesa com o Bolsa Família não seja considerada no teto. Não apenas o teto é furado. O déficit primário pode aumentar em pelo menos R$ 175 bilhões (pode haver mais despesa extra, como está no rascunho da PEC).

Em relação ao tamanho da economia, o déficit seria de 2,2% do **PIB** (em vez dos 0,6% do **PIB** previstos pelo Orçamento inviável deixado por Jair Bolsonaro). Seria o terceiro maior déficit primário (que nem leva em conta a despesa com juros) desde 1991, abaixo daquele do ano da explosão da epidemia, 2020, e o de Michel **Temer** em 2016, quando a receita era muito menor.

Se o caldo continuar grosso, as taxas de juros continuarão altas ou subirão ainda mais. Com juros altos e déficit grande a perder de vista, a dívida pública crescerá rapidamente. Isto é, afora um "milagre do crescimento" da economia.

Por ora, a PEC é assunto da "equipe política" da transição, dizem parlamentares; os economistas da transição estavam de fora da conversa. Não faz sentido.

Muita gente diz que um problema da PEC é que a licença para o gasto acima do teto vai além de 2023. Mas essas pessoas precisam explicar como, mesmo com licença apenas em 2023, como um déficit primário de 2,2% do **PIB** seria reduzido em tempo hábil.

Aumento de imposto? Algum seria inevitável, mesmo para lidar com a conta anterior à da PEC. Agora, complicou.

A receita do governo federal já está em nível recorde.

Imagina-se conter despesas com uma reforma administrativa (salários de servidores, no que interessa aqui). Uma nova reforma da Previdência, se houvesse, levaria tempo para fazer efeito. Por aí, é difícil arrecadar mais, diz Armínio Fraga, que acaba de propor as linhas gerais de um método de contenção de dívida e déficit, com Marcos Mendes, em artigo nesta Folha.

Cancelar gastos tributários (descontos de **impostos** para tal ou qual tipo de setor, empresa ou pessoa física) pode render. Mas qualquer tributação extra, ainda que necessária, pode ter seus custos, lembra Fraga. Pode provocar ineficiências econômicas, o impacto do aumento da receita do governo pode não compensar as perdas privadas etc. Um aumento brusco pode ser até recessivo.

Mansueto Almeida, ex-secretário do Tesouro de **Temer** e ora economista-chefe do banco BTG Pactual, escreveu em uma rede social que, com um déficit inicial de 2% do **PIB**, será muito difícil que, ao fim de 4 anos, se chegue a um superávit primário de 2% do **PIB** necessário para estabilizar a dívida (seria uma virada de uns R$ 400 bilhões).

O economista estima que, se a PEC da Transição tirar R$ 175 bilhões por ano durante o governo Lula 3, a dívida pública, em 2023, crescerá entre 3 e 4 vezes o ritmo dos últimos quatro anos, com juros altos, o que "não vai ajudar na redução da pobreza".

Site:
https://acervo.folha.com.br/digital/leitor.do?numero=50098

PIB só avança em dois estados em 2020, ano do início da pandemia

Leonardo Vieceli

O **PIB** (Produto Interno Bruto) caiu em 24 das 27 unidades da federação em 2020, o ano inicial da pandemia. É o que indicam dados divulgados nesta quarta-feira (16) pelo IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística).

Somente dois estados conseguiram registrar variações positivas em 2020: Mato Grosso do Sul (0,2%) e Roraima (0,1%).

Mato Grosso (0%) foi o único a mostrar estabilidade. Houve influência da agropecuária nesses três locais, apontou o IBGE.

O ano de 2020 foi marcado por boas condições de safra em estados produtores, com exceção do Rio Grande do Sul, e preços elevados de commodities agrícolas como soja e milho.

Em outras palavras, o desempenho do campo atenuou efeitos negativos da pandemia sobre a atividade econômica nas cidades.

Conforme o IBGE, 12 estados amargaram baixas mais intensas do que o recuo do **PIB** na média nacional (-3,3%). O Rio Grande do Sul teve a maior retração (-7,2%).

Ceará (-5,7%), Rio Grande do Norte (-5%), Espírito Santo (-4,4%), Rondônia (-4,4%) e Bahia (-4,4%) vieram na sequência.

Alagoas (-4,2%), Acre (-4,2%), Pernambuco (-4,1%), Paraíba (-4%), Piauí (-3,5%) e São Paulo (-3,5%) também caíram mais do que a média brasileira.

O ano inicial da crise sanitária forçou a adoção de medidas de isolamento social em centros urbanos. A baixa circulação de pessoas derrubou setores dependentes da interação direta com consumidores.

Foi o caso de parte dos serviços, o principal segmento da economia nacional. Entram nessa lista bares, hotéis, restaurantes, escolas e comércios.

No Rio Grande do Sul, a queda foi intensificada pela agricultura, devido a uma estiagem, sinalizou o IBGE. A falta de chuva castigou as lavouras. O desempenho negativo da indústria de transformação, impactada pela preparação de couros, também pesou no resultado gaúcho.

São Paulo respondeu por 31,2% do **PIB** nacional em 2020, ante 31,8% em 2019. Apesar da baixa de 0,6 ponto percentual, associada a perdas em atividades financeiras e alojamento e alimentação, o estado continuou com a maior participação do país.

Rio de Janeiro (9,9%) e Minas Gerais (9%) vieram na sequência. O Paraná (6,4%), por sua vez, avançou do quinto para o quarto lugar em razão do ganho relativo na agropecuária. Assim, deixou o Rio Grande do Sul (6,2%) para trás.

O **PIB** per capita do Brasil foi de R$ 35.935,74 em 2020, uma alta de 2,2% ante 2019. O indicador é a divisão do **PIB** pelo número de habitantes.

O Distrito Federal manteve o maior **PIB** per capita (R$ 87.016,16) entre as unidades da federação. O indicador local foi 2,4 vezes maior do que o do país. São Paulo (R$ 51.364,73) ocupa a segunda posição desse ranking.

O IBGE ainda destacou o comportamento do Rio de Janeiro. De 2002 a 2019, o estado ocupou o terceiro lugar. Porém, em 2020, caiu três colocações. Foi ultrapassado por Mato Grosso, Santa Catarina e Mato Grosso do Sul.

Alessandra Poça, gerente de Contas Regionais do IBGE, associou o quadro a uma combinação de fatores. Ela lembrou que o Rio é um dos estados com grande peso do setor de serviços, castigado pelas restrições na pandemia.

A economia fluminense também é dependente da produção de petróleo, outra atividade prejudicada pela baixa na mobilidade. "O Rio fica muito a mercê do que acontece com o petróleo", apontou a pesquisadora.

Além disso, o estado não conta com o mesmo impulso que a agropecuária tem em regiões como o Centro-Oeste.

Estados mais associados ao campo também tiveram crescimento mais intenso do **PIB** em um período mais longo, de 2002 a 2020.

Nesse intervalo de quase duas décadas, a economia de Mato Grosso avançou, em média, 4,7% ao ano. Foi a maior alta do **PIB** entre as 27 unidades da federação.

O Tocantins veio na segunda posição, com avanço médio de 4,4% ao ano, seguido por Roraima (3,9%) e Piauí (3,4%).

O IBGE indicou que Mato Grosso, Tocantins e Piauí foram impactados em grande parte pelo cultivo da soja. Com a abertura de hidrelétricas, também houve estímulo à atividade econômica de Mato Grosso e Roraima, acrescentou o órgão.

Das 27 unidades da federação, 19 cresceram em linha ou acima da média nacional de 2002 a 2020. Nesse período, a alta do **PIB** brasileiro foi de 2% ao ano.

Outros oito estados cresceram menos do que o país. São Paulo, maior economia do Brasil, avançou 1,8% ao ano. As menores altas de 2002 a 2020 foram registradas no Rio de Janeiro (1,1%) e no Rio Grande do Sul (1,2%).

Em ambos os casos, houve impacto do desempenho negativo da indústria de transformação, disse o IBGE. No Rio de Janeiro, a construção também patinou, acrescentou o órgão.

"O que vem acontecendo no Brasil há bastante tempo é um processo de desindustrialização, com desvalorização cambial, e uma clara vantagem competitiva da atividade agropecuária", avalia a economista Vívian Almeida, professora do Ibmec-RJ.

"Tem uma parte disso que é natural, a vocação do país para a agropecuária, mas também há o efeito da conjuntura macroeconômica", acrescenta.

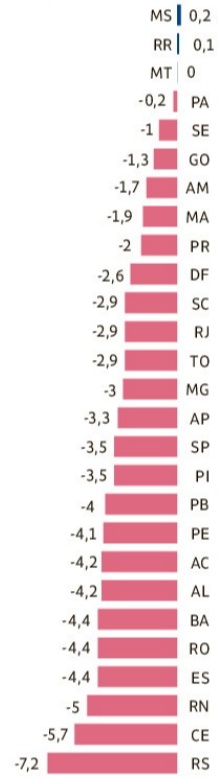
Tradicionalmente, o agro é uma atividade menos intensiva em mão de obra na comparação com serviços e indústria. Assim, o espalhamento dos ganhos obtidos depende das decisões de quem está à frente dos negócios, sinaliza Almeida.

Site:
https://acervo.folha.com.br/digital/leitor.do?numero=50098

Estados agrícolas puxam ranking do PIB

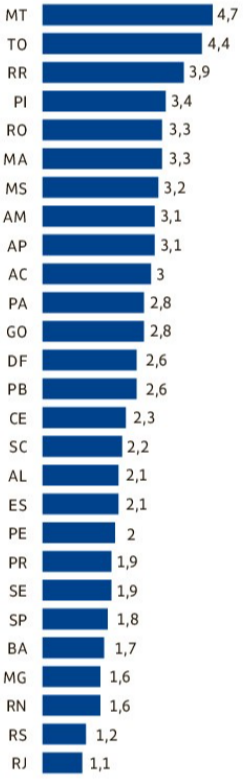
Variação do PIB em 2020

Em %



Variação do PIB em média ao ano (2002-2020)

Em %



Fonte: IBGE

A bomba fiscal dos Estados (Editorial)

Os bons resultados fiscais apresentados pelos Estados nos últimos anos estão muito próximos de serem revertidos, situação que parece distante das prioridades do gabinete de transição do governo eleito. Depois de apresentarem um superávit de R$ 64,8 bilhões em 2020 e de R$ 124,1 bilhões no ano passado, os Estados devem voltar a apresentar dificuldades para arcar com suas despesas em 2023, o que pode resultar em corte nos investimentos, salários atrasados para o funcionalismo público e redução na oferta e na qualidade de serviços de saúde e educação.

O jornal Valor revelou que os Estados devem registrar uma perda nominal de R$ 25,1 bilhões em receitas do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) neste ano. O cálculo, que considera a arrecadação apurada entre julho e outubro e projetada para novembro e dezembro, é o resultado de duas leis complementares aprovadas pela Câmara e pelo Senado neste ano. As mudanças, que impuseram um teto e alteraram a base de incidência do tributo, têm caráter defi nitivo sobre aquela que é a maior fonte de arrecadação dos governos regionais e que incide sobre combustíveis, energia, comunicações e transportes.

Mesmo ciente desses efeitos, o governo Jair Bolsonaro apostou na popularidade eleitoral proporcionada pela redução nos preços dos combustíveis e nas faturas de energia e telecomunicações e investiu na descredibilização do discurso dos governadores. Para vencer as poucas resistências, o governo se comprometeu a compensar os Estados com perdas acima de 5%, mas somente em 2023 e após comparar a arrecadação de todo o ano de 2022 à de 2021.

O Comitê Nacional de Secretários de Fazenda dos Estados e do Distrito Federal (Comsefaz) já havia estimado que o prejuízo alcançaria R$ 125 bilhões em 12 meses e, agora, instituições financeiras começam a respaldar as contas dos Estados. Como mostrou o Estadão, o Itaú estimou que os Estados terão de fazer um ajuste fiscal da ordem de R$ 70 bilhões para se adaptar às consequências das leis e manter as contas em dia. Se as receitas e despesas forem mantidas, os entes federativos deverão registrar um déficit de 0,7% na proporção do Produto Interno Bruto (**PIB**), após um provável superávit primário de 0,5% neste ano.

Não faz muito tempo que os Estados eram fonte de preocupação para o governo federal, o que mostra que o País nada aprendeu com os erros do passado. Do lado das receitas, situações atípicas e relacionadas à pandemia de covid-19 foram consideradas permanentes, entre elas o reforço das transferências da União, a proibição dos reajustes de salários de servidores e os efeitos da reabertura da economia e da **inflação** elevada. De caráter rígido e permanente, o custeio de despesas com saúde e educação pode ser fortemente comprometido, um aspecto que tem passado despercebido nas discussões dos necessários ajustes no Orçamento fictício de 2023 - sem contar o financiamento do piso nacional da enfermagem aprovado pelo Legislativo, uma discussão que chegou ao Supremo Tribunal Federal (STF) e que, tudo indica, deve se estender ao longo do governo Lula.

Estados que acabaram de aderir a regimes de recuperação fiscal depois de anos de negociações com o Executivo federal já indicam a necessidade de ajustes. No Rio Grande do Sul, a previsão é de um déficit de R$ 3,7 bilhões em 2023; Minas Gerais, que registrou em 2021 o primeiro superávit em nove anos, prevê um déficit de R$ 3,5 bilhões. Não são os únicos casos.

O beligerante governo Bolsonaro parece ter esquecido que as dívidas assumidas pelos Estados contam com garantia da União e optou por ignorar a responsabilidade solidária que tem com os entes federados, sobretudo em se tratando de direitos fundamentais assegurados pela Constituição, como saúde e educação. Envolto nas negociações da aprovação da Proposta de Emenda à Constituição (PEC) da Transição, o governo eleito, por sua vez, muito em breve será lembrado da importância do resgate do pacto federativo em suas dimensões político-admi-nistrativas e, principalmente, fiscais.»

EX-LIBRIS
O ESTADO DE S. PAULO

Commodities brasileiras criam colchão de proteção cambial (Artigo)

POR PAULO GALA*

Veja a matéria no site de origem:

https://jornaldigital.oglobo.globo.com/

Notícias Relacionadas:

VALOR ECONÔMICO - SP
Commodities brasileiras criam colchão de proteção cambial

Site: https://jornaldigital.oglobo.globo.com/

Pandemia altera participação de Estados no ranking do PIB

Lucianne Carneiro Do Rio

Veja a matéria no site de origem:

https://valor.globo.com/virador/#/edition/187383?page=1&section=1

Site: https://valor.globo.com/virador/#/edition/187383?page=1&section=1

PIB cai 4% e Rússia entra em recessão

Veja a matéria no site de origem:

https://valor.globo.com/virador/#/edition/187383?page=1&section=1

Site: https://valor.globo.com/virador/#/edition/187383?page=1&section=1

Juro futuro supera 14% com ruído fiscal

Victor Rezende, Matheus Prado, Gabriel Roca e Anais Fernandes De São Paulo

Veja a matéria no site de origem:

https://valor.globo.com/virador/?/editions#/edition/187383

Site:
https://valor.globo.com/virador/?/editions#/edition/187383